

Sumário

Introdução	15
1. O Estado e seus paradigmas	19
1.1. Considerações preliminares	19
1.2. O Estado liberal	20
1.3. O Estado do Bem-Estar Social	23
1.4. O Estado Democrático de Direito	30
2. O sistema jurídico: conceito e compreensão axiológica; hermenêutica e solução dos conflitos	35
2.1. Conceituação	35
2.2. Compreensão axiológica	37
2.3. Hermenêutica jurídica	40
2.4. Antinomias jurídicas e solução dos conflitos	44
2.5 A proporcionalidade e a razoabilidade como hipóteses de solução dos conflitos principiológicos e das regras jurídicas	46
3. Direitos fundamentais e direitos humanos: características e peculiaridades	49
3.1. Características e reflexos no estado democrático de direito	49
3.2. Semelhanças e diferenças entre os direitos humanos e os direitos fundamentais ..	51
3.3. Os direitos fundamentais e suas estritas dimensões. A necessária cautela para que mantenham o <i>status</i> jurídico e sua fundamentalidade constitucional	54
3.4. Critérios de ponderação na hipótese de colisão de direitos fundamentais. A proteção dos direitos de personalidade <i>versus</i> divulgação e publicização de acontecimentos. A eficácia do direito de resposta proporcional ao agravo não obstante o conflito	56
4. O direito à liberdade de expressão e à imprensa livre	69
4.1. Considerações preliminares	69
4.2. Um breve olhar sobre a história: Galileu Galilei, Immanuel Kant e Baruch Espinoza	70
4.2.1. O direito à liberdade de expressão	72
4.2.2. A resposta enquanto direito à informação	76
4.3. Liberdade de imprensa: conceito e principais características	79
4.4. A liberdade de imprensa e o direito à informação	84



4.5. A informação e a busca da verdade	89
5. O direito fundamental de resposta: perspectiva comparada	93
5.1. Considerações preliminares	93
5.2. O direito de resposta na perspectiva comparada	95
5.2.1. Nos Estados Unidos	96
5.2.2. Na França	104
5.2.3. Na Espanha	106
5.2.4. Na Alemanha	107
5.2.5. Na Itália	109
5.2.6. Em Portugal	110
5.3. A convenção americana sobre direitos humanos e a garantia do direito de resposta	112
6. O direito de resposta nas Constituições brasileiras	117
6.1. A Constituição de 1824	118
6.2. A Constituição de 1891	119
6.3. A Constituição de 1934	120
6.4. A Constituição de 1937	121
6.5. A Constituição de 1946	124
6.6. A Constituição de 1967	125
6.7. A Constituição de 1988	126
7. O direito fundamental de resposta proporcional ao agravo	129
7.1. O direito de resposta como direito fundamental de defesa	132
7.2. O direito de resposta como limite e restrição ao direito de liberdade de expressão	134
7.3. A resposta e a retificação	136
7.4. Os fundamentos do direito de resposta	138
7.5. O alcance do direito de resposta	141
7.6. Os pressupostos para o exercício do direito de resposta	144
7.7. O conteúdo e os elementos que compõem o direito de resposta	147
7.8. Da possibilidade de recusa do direito de resposta	148
7.9. Da impossibilidade constitucional do comentário à resposta. O desvirtuamento a partir da réplica ou contrarresposta	152
7.10. As impertinências da superada Lei de Imprensa frente às disposições da Constituição Federal	153
7.10.1. O prazo decadencial que constava no artigo 56 da Lei de Imprensa ...	154
7.10.2. A indenização tarifária	154
7.10.3. O arbitramento da indenização	155
7.11. A Constituição Federal de 1988 e a garantia da livre circulação de ideias	157
7.12. O primeiro elemento fundamental do direito de resposta: a proporcionalidade	160
7.13. O ajuste da proporcionalidade	161

7.14. O segundo elemento fundamental do direito de resposta: o agravo	167
7.15. O direito de resposta na legislação eleitoral	172
7.16. O direito de resposta após a revogação da Lei nº 5.250/67	176
7.17. O direito de resposta em juízo e a eficácia imediata da decisão	179
7.18. O direito de resposta do agente político	182
7.19. O direito de resposta e sua independência em relação à responsabilidade civil e penal	186
Conclusão	189
Bibliografia	199